

## Reflexo de pauta: ética e *habitus* na produção da notícia

Clóvis de Barros Filho\*

### RESUMO

O objeto deste artigo é a ação jornalística. Mais especificamente, os procedimentos que dispensam um cálculo estratégico. Não nos ocupamos, portanto, das deliberações conscientes que diariamente participam da produção da notícia. Nosso objetivo é a identificação de um saber prático, propriamente jornalístico, que se incorpora ao longo de um processo de socialização profissional. Saber prático indissociável, para nós, de um aprendizado social, das posições, estratégias mais ou menos autorizadas, relações de força e instâncias de legitimação próprias ao espaço em que se inscrevem.

157

### ABSTRACT

*The object of this article is journalistic action. More specifically, journalistic procedures that do not require strategic thinking. We do not contemplate conscient deliberations involved in the everyday work of producing news. Our goal is to identify practical journalistic knowledge incorporated during the process of professional socialization. This practical knowledge is directly related to a social learning of positions, of strategies more or less authorized, and specific legitimation sources proper to the journalistic field.*

---

\*Professor do programa de pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero

O aluno de jornalismo, bem como um simples curioso pela sua doutrina, deverá encontrar uma classificação de gêneros ou categorias jornalísticas que ainda subsiste como fundamento de grades curriculares de alguns cursos: jornalismo informativo, interpretativo e opinativo. A análise doutrinária dessas categorias, apresentadas, via de regra, nesta ordem justifica a classificação em função de uma especificidade metodológica, isto é, uma singularidade no fazer jornalístico informativo, interpretativo e opinativo. A esses vem somar-se, mais recentemente, um quarto: o jornalismo investigativo<sup>1</sup>.

As reflexões sobre essas singularidades não são consensuais. Nem mesmo a pertinência das três primeiras categorias faz unanimidade doutrinária<sup>2</sup>. Aqui o campo universitário homologa as múltiplas disputas pela definição e imposição de uma representação legítima do jornalismo ideal que estruturam o campo jornalístico. Da mesma forma, se hoje o jornalismo investigativo parece tão importante dentro e fora do campo jornalístico, é porque fundamenta argumentos em luta simbólica que tem por objeto principal a própria definição de jornalismo<sup>3</sup>.

158

A despeito das divergências sobre essas categorias jornalísticas, não há proposta pedagógica que exclua o ensino dos procedimentos do jornalismo informativo. Estão, por exemplo, há muito sedimentadas na doutrina técnicas como a do lead e da pirâmide invertida. São justificadas, nos manuais, por permitirem, ou até determinarem “maior isenção”, “um relato mais impessoal”, ou até mesmo uma “ruptura” com o repertório do jornalista. Essas técnicas encontram sua primeira fundamentação no cogito cartesiano e, posteriormente, no positivismo filosófico da segunda metade do século XIX<sup>4</sup>.

Auto-definindo-se como “escravos dos fatos”<sup>5</sup>, os jornalistas sustentam implicitamente a tese de que a verdade independe do sujeito que contempla, prevalece absolutamente, atinge sua realidade a cada instante. Nesta reflexão, a verdade é autônoma em relação a qualquer processo de observação, verificação e posterior relato, jornalístico ou não. Esses relatos são meros sinais do seu ser, que em nada participam da realidade absoluta e incontestável dos fatos.

Dessa forma, espera-se, quando se busca a verdade, que as assertivas tenham um sentido objetivo e que, assim, sejam verdadeiras ou falsas. Nessa perspectiva, em que a filosofia se converte numa ciência do ser, numa ontologia, as questões de sentido estão subordinadas aos rigores da lógica, isto é, ao verdadeiro e ao falso. Toda ambigüidade é obstáculo, ruído na identificação da veracidade ou da falsidade da

assertiva.

Para que tal julgamento seja possível, qualquer assertiva deve ser “suspensa”, isto é, retirada das condições materiais específicas da manifestação, da trajetória do enunciador e julgada de acordo com critérios imutáveis e universais. Seu significado “será subtraído a toda contingência, a toda evolução histórica, ser-lhes-á concedido o estatuto de realidades eternas, de idéias, de proposições ou de essências, cujo conhecimento deverá, se possível, modelar-se pelo dos seres matemáticos”<sup>6</sup>.

O sentido do fato observado, neste caso, é único. Encontra-se pré-estabelecido no momento da observação. É definido, portanto, independentemente da trajetória/repertório do observador. Não há, portanto, aqui, porque considerar, na discussão sobre o sentido, a singularidade de quem observa. Não são relevantes seus referenciais e seus hábitos.

Essa concepção filosófica se traduz em doutrina jornalística. Gerson Moreira Lima<sup>7</sup> compara, nas primeiras aulas do curso de Introdução ao jornalismo, “o trabalho do repórter ao indivíduo que se despe para entrar numa banheira”. A metáfora denuncia, de um lado, uma ruptura metodológica necessária entre o objeto de observação, investigação e análise e o resto da realidade fenomênica -o que não consistiria nenhuma especificidade em relação à inúmeras propostas metodológicas de recorte da realidade. Indica, por outro lado, a independência entre a percepção instantânea do objeto e toda a trajetória de percepções do repórter investigador. Desconsidera sua cultura e sua história, em nome de um não saber radical instituído em premissa metodológica<sup>8</sup>.

Esse não saber radical descredencia hipóteses<sup>9</sup>, já que são expectativas do investigador sobre os resultados da investigação que só podem ter por fundamento a trajetória de experiências anteriores contrastadas com o objeto observado pelo emprego de recursos da lógica como a analogia e o antagonismo, a aproximação e o afastamento etc. Em outras palavras, ao colocar entre parênteses a experiência imediata condena-se, como exigência de método, ao lado de fora destes parênteses, isto é, à não interferência na pesquisa a trajetória de percepções do observador e, portanto, a fundamentação das hipóteses<sup>10</sup>.

A argumentação que se segue visa identificar alguns limites práticos de qualquer suspensão consciente em relação aos nexos de

causalidade material que encadeiam uma trajetória. Práticos<sup>11</sup> porque inerentes a um tipo de fazer jornalístico, informativo e diário. Essa praxis é constituída por um conjunto de procedimentos que se converte, para os próprios jornalistas -observadores de suas múltiplas ações-, numa rotina, com aspectos repetitivos, característicos de uma socialização intensa.

O domínio progressivo desses procedimentos por parte de um novato é inseparável do aprendizado, também progressivo, da estrutura e funcionamento do espaço social em que acaba de ocupar posição. Muito além das hierarquias regimentais vem se incorporar a identificação das demais posições, a definição da sua própria pelos demais agentes, as relações sociais que estruturam o espaço, as estratégias de conservação e subversão postas em prática pelos ocupantes das distintas posições, os objetos privilegiados de luta, os circuitos de consagração etc.

A título de exemplo, uma indicação procedimental –como “essa palavra está proibida neste tipo de texto”- revela ao aprendiz, entre outras informações, a posição no espaço de quem interdito aquele uso, a distância social que os separa, a eventual existência de um sub-grupo, que aquela relação objetiva, e de sub-grupos rivais, outros. Concluimos que a trajetória didática de formação técnica é a mesma trajetória, também didática, de socialização no espaço.

160

Em função dessa socialização, alguns dos procedimentos do fazer jornalístico que são, em teoria e nos primeiros passos do exercício profissional, calculados e ponderados racionalmente, vão deixando de sê-lo dada a superveniência de situações análogas. A associação repetida de fatos –unidades de real observadas- e unidades de repertório do observador, segundo procedimentos hermenêuticos que também se repetem, geram um hábito dessa ocorrência que escapa a qualquer controle racional como é, supostamente, a suspensão.

O ritmo alucinado da produção jornalística permite e enseja a rápida definição de um repertório de possibilidades que, nunca sendo absolutamente rígido, favorece a reprodução, nem sempre percebida, de um saber prático aparentemente eficaz<sup>12</sup>. Num ofício onde a luta contra o tempo é regra de sobrevivência, qualquer princípio de economia da ação, isto é, de tempo de execução é bem-vindo<sup>13</sup>.

Não estamos reduzindo, com esta análise, o fazer jornalístico a um conjunto de associações automáticas. A periodicidade, definidora da produção da notícia, possibilita, favorece e até exige antecipações que possam se objetivar numa redução consciente de nexos causais e

numa definição de estratégias com fins deliberados. Esse cálculo de pertinência prática, de avaliação custo x benefício das unidades de ação que constituem o fazer em questão, nos autoriza refletir sobre a possibilidade da suspensão -como procedimento metodológico- de uma percepção em relação à trajetória do pesquisado. Assim, a definição de uma matéria de capa ou de uma manchete em função do exame dos veículos concorrentes, o investimento em demoradas e custosas investigações para grandes reportagens ou o respeito ao compromisso assumido com alguma fonte em detrimento de um furo tentador são exemplos de decisões jornalísticas calculadas<sup>14</sup>.

Esse cálculo consciente, no entanto, não esgota a fundamentação da ação. A seqüência de situações análogas que caracteriza uma produção diária, como a jornalística, naturaliza procedimentos que, aprendidos como óbvios, se reproduzem na prática sem questionamentos. Nesse caso, ajustam-se, por socialização, expectativas de ação e disposições de agir que, ao coincidirem em regra, dispensam reflexão sobre sua pertinência. Eis o objeto deste artigo que, num primeiro momento, analisa a repetição como constituinte de um eidos<sup>15</sup> (I) e, na seqüência, a repetição como geradora de um habitus profissional (II).

161

### **(I) Repetição e eidos jornalístico**

O eidos jornalístico deve ser entendido como uma unidade ontológica entre um espaço de posições –sociais e objetivas- e disposições –subjetivas- de agir estruturadas e estruturantes desse mesmo espaço. Rompendo dicotomias tradicionais como indivíduo e sociedade, sujeito e grupo, individual e coletivo, apontamos que o estudo de um espaço que se autonomiza<sup>16</sup>, como o da produção jornalística, e de suas posições constitutivas só pode ser viabilizado em função da identificação de esquemas “subjetivos” e interiorizados de apreciação do mundo social, geradores de comportamento e vice-versa.

Dessa forma, as posições objetivas do espaço se subjetivizam no habitus e as disposições subjetivas de percepção e ação se objetivam nas múltiplas tomadas de posição. Assim, a tendência de um certo espaço a manter -conservar inercialmente suas posições- é causa e conseqüência de práticas e tendências de ação igualmente conservadoras. Analisaremos essa estabilidade tendencial em função, num primeiro momento, das posições do campo de produção da notícia

(A) e, em seguida, das práticas que delas decorrem (B).

**(A) A estabilidade relativa de posições de produção**

Qualquer tomada de posição, observável porque objetivada em manifestações diversas, define distâncias entre as posições sociais que estruturam este ou aquele espaço social. Essas manifestações, observadas enquanto mensagem, indicam, em qualquer universo, aproximações ou distanciamentos, semelhanças ou diferenças, posições que se deslocam redefinindo-o e atualizando-o. Assim, a título de exemplo, qualquer mudança mais geral de política editorial ou de definição de uma pauta específica produz efeitos de acomodação junto aos demais integrantes do campo, isto é, influencia suas políticas editoriais e suas pautas específicas.

Embora a estrutura de qualquer espaço social seja objeto de permanente redefinição, em função das ininterruptas estratégias postas em prática por seus atores, existe na vida social uma tendência inercial que tende a perpetuar os mecanismos desiguais de distribuição de capitais sociais específicos. Assim, as posições de dominação, relativamente estáveis, ocupadas pela Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Zero Hora, Correio Brasiliense no campo jornalístico nacional e nos sub-campos regionais são reveladoras do quanto qualquer subversão é lenta e custosa<sup>17</sup>.

162

Essa tendência inercial, que assegura alguma “ordem social” pela estabilidade relativa das relações nos distintos campos sociais e entre eles, se deve à freqüente incompatibilidade entre o interesse subversivo de um agente dominado no campo e as condições materiais de subversão. Assim, a situação de dominado que, de um lado, enseja a adoção de uma estratégia subversiva, desautoriza o agente, retirando-lhe a prerrogativa de porta-voz legítimo, isto é, socialmente apto a manifestar-se<sup>18</sup>.

No espaço social de produção do jornal, as veleidades transformadoras dos novatos são, via de regra, amputadas ou adequadas a um *modus operandi* consolidado<sup>19</sup> e, em muitos casos, rigidamente codificado. Assim, com o pretexto de “ensinar o que realmente importa” ou complementar um curso universitário “insuficiente face às exigências do mercado” as empresas jornalísticas oferecem cursos técnico-profissionalizantes que visam o “adestramento de focas”<sup>20</sup>, isto é, o condicionamento acelerado do não iniciado/socializado a um saber prático institucionalizado<sup>21</sup>.

Inversamente, essa posição de porta-voz autorizado, que pressupõe o acúmulo de importante capital social específico, quase sempre em função ou em razão das regras em vigor, é incompatível com um eventual interesse subversivo. Neste caso, toda proposta de mudança aparente, como eventuais gestos de desprendimento e auto-crítica, visa assegurar ou reforçar a posição de dominante<sup>22</sup>.

Essa tendência inercial, garantida por mecanismos de reprodução da distribuição dos capitais sociais, será tanto menos questionada quanto mais naturais parecerem, a dominantes e dominados, as posições e as distâncias sociais, dominantes e dominadas, que estruturam o espaço. Assim, os processos de socialização/subjetivação, próprios a cada campo, fazem surgir nos agentes, pela observação de ações e valorações que se repetem, disposições a agir desta ou daquela forma, sem que a discussão das causas últimas das regras de funcionamento do campo seja cogitável<sup>23</sup>.

As condições sociais de produção jornalística obedecem a essas premissas. A rotina de confecção da notícia, entendida como um conjunto de procedimentos e ações, empreendidos por agentes profissionais pertencentes a um campo com regras específicas de funcionamento e observadas como mensagens por estes mesmos agentes, é importante fator da socialização propriamente jornalística.

Por isso, essa rotina tende a conservar-se, isto é, a se reproduzir e, portanto, a se repetir. A rigor, os procedimentos e as ações jornalísticas socializam porque se repetem<sup>24</sup> e se repetem porque socializam<sup>25</sup>. Por isso, a relativa estabilidade de posições no espaço de produção da notícia se converte numa estabilidade, igualmente relativa, de práticas próprias a esse espaço.

### **(B) A estabilidade relativa de práticas de produção**

Como se produz este efeito? Qualquer ação, como tudo que é observável, isto é, perceptível pelos sentidos (fenômeno), conserva em relação a uma outra ação, dentro do paradigma empirista em que nos encontramos, rigorosa independência. Isto porque, nenhuma operação hermenêutica (nexo axiológico, aproximação, distanciamento, oposição etc) pode condicionar a existência de um fenômeno a outro. A própria causalidade, despida de qualquer vínculo ontológico, se resume ao hábito da ocorrência de uma seqüência, permanentemente refutável.

Assim, os vínculos entre fenômenos só podem ser atribuídos pelo sujeito. “É contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, (...) que o

conhecimento tem de lutar<sup>26</sup>". Nessa perspectiva, nenhuma repetição se constitui enquanto tal; não apresenta um "em si". A repetição fática, como identidade de unidades de real, que independesse da observação, pressuporia a absurda atemporalidade de suas unidades constitutivas ou a ocorrência no mesmo instante. A repetição, portanto, existe apenas na medida em que é flagrada<sup>27</sup>. Trata-se de uma constatação subjetiva de unidades em seqüência. Dessa forma, qualquer rito, enquanto conjunto de unidades procedimentais objetivamente independentes, só existe enquanto rito na medida da sua observação e definição.

Assim, o procedimento jornalístico, objetivado em processo ininterrupto e socialmente autorizado de valoração da realidade fenomênica, de atualização possível de um ou outro mundo em forma de relato, poderá ser observado como repetitivo em suas unidades de ação por quem o observe. A repetição da seqüência dessas unidades procedimentais não reduz a independência entre elas, mas produz efeitos em quem a constata<sup>28</sup>.

Em um universo relativamente autônomo e restrito como o campo jornalístico, onde o direito de entrada pressupõe algum investimento -variável em função do nível regional e local de estruturação do espaço-, a tendência à constatação de condutas repetidas semelhantes é grande, aproximando os processos de socialização profissional dos novatos<sup>29</sup>.

Reproduz-se, assim, um eidos profissional que se objetiva através de reações comuns, estratégias semelhantes de valorização do próprio trabalho -entendidas, via de regra, por arrogantes por um observador externo ao campo- que tendem a se naturalizar<sup>30</sup> ao longo de uma trajetória.

Esse eidos profissional gera e faz reproduzir um habitus também profissional. Disposições comuns decorrentes de socializações semelhantes. Tendências de ação em sociedade que se tangenciam em função da interiorização de esquemas comuns de classificação do mundo. Enquanto produto da interiorização de condições objetivas de existência e prática profissional o habitus é a transposição em forma de estruturas internas (de personalidade) das estruturas sociais externas. Afastando-nos de uma ruptura radical entre sujeito que se socializa e mundo social, enquanto objeto observado, consideramos o eidos -específico de um espaço social- e o habitus -que o eidos gera em seus agentes- como indissociáveis, interdependentes e dialeticamente constituídos. Em outras palavras, as estruturas de qualquer espaço são

interiorizadas pelos seus agentes, gerando disposições de agir e ações que redefinem, em permanência, estas mesmas estruturas<sup>31</sup>.

Dessa forma, o que se interioriza, em qualquer habitus profissional, é a lógica de funcionamento do sistema de distâncias e distanciamentos das posições sociais de um universo sócio-profissional específico. Essa interiorização é o fim mais ou menos assumido dos processos de formação profissional<sup>32</sup>. Essa formação é indissociável das regras que estruturam o espaço social de exercício profissional. Como observa Carlos Costa: “O meio jornalístico é cheio de truques, de regras. Para se queimar é muito fácil. Cabe ao professor, já na faculdade, aula a aula, ir mostrando o caminho das pedras”<sup>33</sup>.

A formação profissional também se constitui, portanto, na aquisição de disposições para reproduzir espontaneamente, em pensamentos, palavras e ações as relações sociais existentes no universo onde se pretende atuar ou já se atua. A transformação não refletida de eidos em habitus, de estrutura de espaço em disposição de agir, garante uma certa estabilidade da ordem estabelecida.

A posição do agente na estrutura do espaço profissional considerado gera um habitus profissional que faz surgir a “boa maneira” de agir sem necessidade de cálculo, contribuindo para a reprodução do sistema de relação de forças dentro desse espaço, legitimando a distribuição do capital específico e orientando práticas e formas de percepção do espaço por parte dos novatos<sup>34</sup>.

O habitus profissional é a matriz comum das práticas de todos os agentes que vivem e viveram nas mesmas condições sociais de existência profissional<sup>35</sup>. Graças a essas disposições comuns, decorrentes de uma percepção comum de mundo socialmente forjada (generalidade perceptiva)<sup>36</sup> e interiorizadas ao longo de trajetórias no mesmo universo, cada profissional, obedecendo ao seu “gosto pessoal”, concorda, sem saber ou perceber, com muitos outros levados a agir em condições análogas<sup>37</sup>.

Bourdieu usa a metáfora de um “maestro invisível” para elucidar essa concordância<sup>38</sup>. Isso porque, quando percebida como tal, é tomada por obviedade, naturalizada. Simplifica-se assim as causas do fenômeno pela economia da identificação dos processos propriamente socializadores que o acarretaram<sup>39</sup>.

Esse agir comum, decorrente ou não de ações pré-reflexivas, é matéria prima do eidos profissional. Os efeitos homogeneizadores citados não podem ocultar a singularidade de cada trajetória no campo.

Unidades de comportamento observadas são constatadas como semelhantes na singularidade do espetáculo perceptivo de cada observador. Assim, a um conjunto fático, não percebido, somatória das condutas profissionais deste ou daquele universo, se sobrepõe uma outra seqüência, flagrada, constituída por cenas em parte impostas – ao observador em vias de socialização- pelo acaso e, em parte, procuradas e encontradas<sup>40</sup>.

É essa última seqüência que existe para o observador e, portanto, que produz efeitos socializadores sobre ele. Em função disso, é nesse espetáculo singular que o eidos jornalístico se converte em disposições subjetivas de ação, isto é, em um habitus jornalístico.

## (II) Repetição e habitus jornalístico

Como já observamos, todo habitus é um tipo de saber prático, ou seja, de conhecimento voltado para a ação, para a praxis. Assim, dada uma certa situação, essa praxis pode ser precedida de um cálculo, de uma reflexão consciente com base em efeitos presumidos e fins a alcançar. Nem sempre, no entanto, esse cálculo é necessário. A observação repetida de situações, constatadas como análogas, pode produzir no agente social uma reação espontânea, não refletida<sup>41</sup>.

166

Em suma, nem sempre o saber prático é conscientemente apreendido e aplicado. Abordaremos, assim, num primeiro momento, a origem do habitus jornalístico, pela observação socializadora de uma prática rotinizada (A); em seguida, destacaremos a síntese dessa prática em disposições de agir ou reagir, dadas certas situações reconhecidas como familiares (B).

### (A) A rotina jornalística

Da mesma forma que um observador que contempla uma progressão aritmética (como 0,2,4,6,8,10,...), constata um acréscimo fixo que se repete e espera pela seqüência na mesma progressão, também uma ação do cotidiano gera, espontaneamente, expectativa de uma seqüência. Começamos por um exemplo não especificamente jornalístico. Tipificamos as seqüências gestuais de um cumprimento entre jovens, com dois beijos antecedido por um duplo meneio de tronco em repetições AA, AA, AA, AA, .... Como já destacamos, cada unidade de qualquer seqüência é independente das demais. Isso porque, um ou outro beijo, individualmente considerado, não pode mudar em nada “o estado de coisas AA”<sup>42</sup>.

No entanto, uma mudança se produz junto ao observador, junto ao “espírito que contempla”<sup>43</sup> essas seqüências, isto é, os múltiplos cumprimentos. Quando o primeiro A se produz -no nosso exemplo, o primeiro beijo após a aproximação de dois jovens- o observador (ou qualquer um dos agentes da cena) espera o segundo A, isto é, o segundo beijo. Neste momento, a repetição se objetiva no sujeito, na expectativa de seqüência. Esse ritual de gestos seqüenciados só é percebido como apreendido e, portanto, como arbitrário<sup>44</sup> quando há erro, ruptura de expectativa, dissonância. É o caso de um cumprimento com dois beijos em alguém que espera um terceiro.

Também na produção da notícia, o erro de habitus é um mau encontro, uma inadequação entre disposições interiorizadas e condições sociais objetivas. Pode ser causado por uma ruptura de ordem fática - o real a ser relatado se encaixa mal nos esquemas de atribuição de valor interiorizados até então- ou, mais freqüentemente, de ordem prática. Esta última se produz em conflitos de socialização. Em que condições da produção da notícia estes conflitos podem se verificar?

O campo jornalístico é constituído por muitos sub-campos. Embora estes apresentem aspectos comuns que justifiquem a constituição de um campo geral do jornalismo -relativamente autônomo em relação a qualquer outro espaço social- discriminam-se por singularidades que também os constituem enquanto espaços sociais com autonomia relativa. Assim, os jornalismo televisivo, radiofônico e impresso aproximam-se e, ao mesmo tempo, se singularizam como espaços destinados a uma produção específica e, portanto, a uma subjetivação própria de um certo profissional.

Da mesma forma, o jornalismo impresso de jornal diário em relação às revistas semanais. Finalmente, cada empresa, como espaço de posições sociais, estrutura-se de uma maneira específica, produzindo também efeitos singulares de subjetivação. Essas singularidades ensejam, em caso de ocupação de uma nova posição, num novo espaço, os erros a que nos referimos. A posição social anterior permitia e exigia ações “de olhos fechados” que o desconhecimento da topografia do novo espaço inviabiliza.

Uma das dificuldades de ação nesse novo espaço é a conversão do capital social acumulado ao longo da trajetória percorrida no espaço anterior em capital válido no novo espaço. Esta conversão será tanto mais onerosa quanto maior for seu grau de estruturação, isto é, quanto maior for sua autonomia relativa em relação aos demais espaços sociais: autonomia de regras de conduta, de troféus, de atores etc.

Como comentou Carlos Costa (entrevista citada): “Quando o Matinas (referindo-se ao jornalista Matinas Suzuki) veio da Folha para a Abril, deparou-se com uma realidade de revista que desconhecia. Nos fazia perder tempo discutindo coisas que qualquer um, com um mínimo de familiaridade com revista, faria de olhos fechados. Para continuar cantando de galo precisou livrar-se de todos aqueles que poderiam questionar sua competência naquela nova atividade. (...) Ele estava num espaço onde os caciques eram outros”.

Também analisando os ônus da ocupação de um novo espaço, o apresentador esportivo Milton Neves observou em comentário na Rádio Jovem Pan (Plantão de domingo, ) sobre sua passagem pelo programa televisivo Super Técnico da Band: “O que aqui na rádio sai sem pensar, na televisão foi preciso aprender tudo de novo. Nos primeiro dias, pelo amor de Deus, foi uma calamidade. Eu tive de enfrentar em audiência cobras criadas da televisão”.

Esses erros, no entanto, não constituem regra. A relativa coerência dos processos de socialização permite antecipações com alguma certeza de sucesso. Mesmo quando as seqüências esperadas envolvem maior número de unidades e de naturezas diferentes, como uma entrevista jornalística. O que se costuma chamar de uma “grande sacada”, “senso de oportunidade”, “superintuição” em muitos casos se constitui em ações não calculadas, é verdade, mas decorrentes de um saber prático aprendido na repetição observada, por vezes exaustivamente, de reações de entrevistados<sup>45</sup>.

Como destacou Jô Soares, “não me pergunte porque, mas antes do entrevistado se sentar eu já sei se a entrevista vai ser boa”<sup>46</sup>. Também apontando para a existência deste saber prático incorporado, Marília Gabriela foi enfática em comentário publicado no jornal Folha de S.Paulo: “De tanto fazer entrevista tenho uma forte intuição do que o entrevistado vai dizer; é como se tudo não passasse de uma repetição”. Assim, da mesma forma que esperamos o segundo beijo, o entrevistador pode antecipar reações e, na hipótese de acerto, dispor de trélicas “na manga”<sup>47</sup>.

De que forma as seqüências da realidade, constatadas pelo observador, dispensam cálculo, permitem antecipações, geram reações? Hume explica que casos idênticos ou comparáveis, quando constatados na observação, se fundem na imaginação. Experiências análogas, na medida em que são flagradas sensorialmente, se sobrepõem, perdem a sua singularidade. Fundamentam indutivamente categorias que, uma vez definidas, dispensam fundamento. Dão sustentação empírica a

esquemas genéricos de classificação do mundo que, por serem a trajetória objetivada no instante, aniquilam a trajetória enquanto seqüência<sup>48</sup>.

Assim, no instante da percepção de um elemento da progressão aritmética., do segundo beijo, ou da última tentativa para quebrar o gelo do entrevistado, o agente faz manifestar, sem pensar e mesmo não querendo, uma história de experiências semelhantes. Como observa o editor do *Jornal Nacional* William Bonner<sup>49</sup>, “acho que cada momento da minha vida profissional teve a sua importância para as reações quase espontâneas que tenho hoje no trabalho, mas não consigo identificá-los na hora de agir”<sup>50</sup>.

Observe-se que nem sempre os elementos constitutivos de uma série de repetição são da mesma natureza AA (como no exemplo dos dois beijos). Mantemos o método e começamos por um exemplo não necessariamente jornalístico: as pesquisas em microsociologia, servindo-se da etnometodologia, e em comunicação interpessoal vinculam a relação da distância entre dois corpos em diálogo com inúmeras variáveis como a temática discutida, a posição social dos interlocutores (por definição reflexiva, isto é, uma em relação à outra), o local da aproximação etc.

Assim, uma aproximação de cadeiras ou da boca no ouvido do interlocutor (A) é, via de regra, associada a uma temática mais íntima (B). Dessa forma, como no caso do beijo, a ocorrência de (A) gera a expectativa, não refletida, da superveniência de (B). Assim é a relação entre fato e valor jornalístico do fato. Como observa o repórter Cláudio Tognolli, “o grande pauteiro tem faro de pauta”<sup>51</sup>.

Talvez mais do que um dote olfativo incomum, a capacidade de valoração e conseqüente hierarquização de um fato da realidade fenomênica em relação à especificidade do veículo, aos demais fatos, às opções dos concorrentes, às limitantes de infinitas naturezas que agem sobre qualquer produção editorial são conseqüência de um certo tipo de aprendizado. *Sui generis*, é verdade.

A repetição diária, inerente a uma certa produção jornalística e, em menor grau, a semanal, enseja -ou talvez force- a inculcação de associações entre fato e notícia que se naturalizam, se enrijecem, se cristalizam. Aprendizado *sui generis* porque dispensa reflexão. Como o olfato, dando razão ao repórter.

A dimensão rotineira do fazer jornalístico fica evidente, embora não manifestamente destacada, no relato de Isabel Siqueira Travancas

sobre “Um dia no jornal” (nome do capítulo) no livro Mundo dos jornalistas<sup>52</sup>. O uso, no relato, do presente do indicativo reforça a coincidência dos procedimentos dia a dia. Assim: “deixa suas coisas em cima da mesa, cumprimenta-me rapidamente e vai falar com o pauteiro. Ele está terminando a pauta para aquele dia e ela dá palpites. (Como de hábito) ainda não há nada marcado para ela. Ela dá uma olhada nos jornais do dia, faz comentário sobre sua matéria da véspera. (...)”.

“Ela torce para que lhe dêem logo uma (pauta) de preferência bem interessante. Dessa rápida conversa dá para notar como se costuma definir uma boa matéria – aquela reportagem que repercute muito, que sai na primeira página, que todo mundo lê e é alvo de comentários, em geral positivos e elogiosos. Um fator importante na rotina é a demora da pauta. Quanto mais tempo o repórter demora para sair, mais tarde voltará à redação. O ideal de todo repórter é chegar à redação, pegar a pauta e ir direto para a rua<sup>53</sup>. Senão, quando estiver quase na hora de ir embora, surge outra matéria e isso acaba prejudicando o horário. Não é à toa que muitos comentam que, quando se aproxima o final do turno, certos repórteres se escondem atrás do terminal ou vão para o banheiro”. Esse relato aproxima o fazer jornalístico de atividades profissionais de cunho estritamente burocrático<sup>54</sup>, reconhecidamente repetitivas<sup>55</sup>.

170

Assim, da mesma forma, a distância mantida entre duas pessoas raramente é objeto de um cálculo explícito. Este só se faz necessário ante o relativo, ou mais raramente, absoluto ineditismo da situação. Assim, quase sempre, a repetição de aproximações análogas permite uma adequação topográfica, de distância de corpos, a vários tipos de temas, locais e posições sociais dos interlocutores.

Essa adequação não é memória nem entendimento: a contração, que permite a tradução de um aprendizado contínuo num saber prático instantâneo e gerador de comportamento, não é uma reflexão e sim uma síntese do tempo, de uma trajetória num instante. Neste ponto, tempo, trajetória e habitus se tangenciam.

### **(B) A ação jornalística como síntese**

Os múltiplos momentos de experiências de ações repetidas e independentes entre si se condensam, se comprimem, se fundem num só instante, numa só expectativa, numa só disposição de agir. É nesse instante de atualização de potências, de redução das contingências, de tangência entre a contração do observado e a ação social destinada a outras observações que é concebível a percepção – subjetiva – do tempo, ou seja, o próprio tempo.

Por que atualização de potências e redução de contingências? Observamos que o habitus enquanto saber prático interiorizado resulta de uma compactação das múltiplas experiências da trajetória do indivíduo nas também múltiplas situações de ação. Isso significa que este saber prático decorre de um forte determinismo e singularidade fática, ou mais precisamente, singularidade de percepção do fato<sup>56</sup>.

Assim, fosse outra a trajetória do indivíduo, outra a sua percepção do mundo, também outro seria seu habitus. Dessa forma, a trajetória singular de um indivíduo exclui, a cada ponto de sua constituição, infinitas “não trajetórias”, infinitos espetáculos não percebidos num processo de exposição às mensagens do mundo essencialmente seletivo. Daí a atualização -no sentido de ato e de atualidade- e redução de contingências: o mundo é potencialmente infinito, porque infinitos são os flagrantes perceptivos possíveis<sup>57</sup>.

Essa contração das experiências não é síntese operada pelo sujeito, mas constituinte do mesmo<sup>58</sup>. Assim, observados os critérios de atividade e passividade em função do sujeito, popularizados pelo direito pelas categorias de “sujeito ativo” e “sujeito passivo”, qualificamos a síntese da trajetória social em um só momento de passiva, porque não reflexiva, porque instituidora da subjetividade e, portanto, anterior a ela. Gerson Moreira Lima (entrevista citada) costuma dar o seguinte exemplo aos alunos: “Romário e o Ronaldinho quebram a perna no mesmo dia. Qual dos dois será a manchete? Eles demoram para responder. Ainda não têm reflexo de pauta. Por isso são obrigados a pensar nas categorias de valoração do que é e não é notícia, como proximidade, universalidade etc.”

Em outras palavras, a síntese passiva é causa eficiente da subjetividade, é instrumento ou processo de subjetivação, não podendo, assim, depender de nenhuma decisão do sujeito, nem ser objeto de seu controle. Ao contrário, impõe-se a ele. Nem sempre da mesma forma e com a mesma intensidade. Os flagrantes das seqüências fáticas constatadas pelo sujeito como repetições em trajetórias singulares, são qualitativa e quantitativamente desiguais, produzindo, assim, efeitos variáveis.

Dessa forma, podemos não só constatar o efeito subjetivo produzido pela observação de ações sociais “repetidas” mas também avaliar a intensidade deste efeito, isto é, da expectativa pela superveniência de um elemento da seqüência gerada pela constatação de seu imediatamente anterior. Como observa Deleuze, “a imaginação contrai os casos, os elementos, os instantes homogêneos e os funde

numa impressão qualitativa interna de um certo peso<sup>59</sup>. Discutir o grau de determinismo de um saber prático incorporado sob a forma de habitus é precisar a partir de que momento o cálculo custo x benefício se faz necessário para a ação.

Saliente-se que essa síntese passiva, gênero do qual o habitus bourdieusiano é espécie, não esgota na não consciência suas experiências. Em outras palavras, nada impede que as experiências sintetizadas, indiscriminadas em um magma perceptivo condensado, espécie de trajetória de um ponto só, sejam resgatadas na memória, no entendimento, avaliadas e classificadas em função de referenciais cognitivos e repertório<sup>60</sup>.

Não regressamos, com isso, ao estado primeiro das coisas observadas, rigorosamente independentes, “ao estado da matéria que não produz um caso sem que o outro tenha desaparecido”<sup>61</sup>. Mas a partir da síntese passiva, da imaginação singular, a memória reconstitui distintos pontos da trajetória, produzindo, agora ativamente, uma espécie de descompressão. Esta, contrariamente à compressão da síntese passiva, se desenvolve sob a égide da reflexão e do entendimento. A identificação consciente deste ou daquele ponto da trajetória não altera disposições de ação determinadas por síntese passiva.

172

Dessa forma, a metáfora da virgindade –ou da banheira como na entrevista citada– tão cara a muitos manuais de metodologia jornalística para indicar a suspensão eidética ou transcendental, induz o repórter ou o pesquisador à ilusão de um possível ineditismo investigativo<sup>62</sup>, da definição consciente de um hiato na trajetória que, se é cogitável na fase ativa de descompressão, encontra seus limites na síntese passiva em relação à qual não tem nenhum controle.

Assim, se toda investigação, jornalística ou científica, apresenta “causas finais”, teleológicas, comumente discriminadas nos objetivos da pesquisa ou na discussão sobre as funções jornalísticas, não se pode perder de vista suas causas eficientes, condições materiais e sociais de produção do discurso acadêmico e jornalístico que não se restringem às relações hierárquicas mais visíveis, de cunho infraestrutural, mas estendem-se a maneiras de agir interiorizadas, específicas aos respectivos campos.

Embora apresentem características distintas, compressão e descompressão não são excludentes e sim complementares. Qualquer reflexão ou cálculo se apóia numa prática reflexiva, profundamente interiorizada durante uma longa trajetória de reflexões<sup>63</sup>. Da mesma forma, toda reconstituição de trajetória, com base na memória, se serve

de um habitus de recall, de busca; de uma prática associacionista de vínculo de novas experiências sensoriais a referenciais anteriores, de organização de informações encontradas e, se a ocasião ensejar, de elaboração de um relato<sup>64</sup>.

A relação de participação das sínteses ativas e passivas na ação é imponderável porque dependente de todas as variáveis aleatórias que condicionam a cena em que devemos agir. Melhor dizendo, o quadro da ação imediata é, em parte, previsível e, em parte, não. Por isso, por mais previsíveis ou imprevisíveis que sejam as condutas, sempre haverá combinação de passividade e atividade<sup>65</sup>. Dessa forma, mesmo ações poderosamente mecanizadas, com procedimentos interiorizados por inculcação em horas de observação e prática como a condução de um automóvel, não dispensarão, em situação anômala, cálculo e reflexão<sup>66</sup>. Seguindo o exemplo, o caso de uma pane mecânica, uma perda de controle por derrapagem etc.

A combinação entre sínteses ativa e passiva nos faculta reflexões de natureza deontológica sobre a investigação e a reportagem que buscam se afastar de um achismo mais ou menos socialmente autorizado pela maior ou menor legitimidade do porta-voz analista. A título de exemplo dessa combinação, o impulso jornalístico (incentivado e premiado), a chamada vocação de repórter que, em competição entre pares -onde a busca da informação inédita é troféu discriminante e valorizante- enseja o recurso ao meio mais eficaz para obtê-la<sup>67</sup>. Assim, o falseamento na relação com a fonte, através da adoção de comportamentos e estratégias investigativas que induzam dolosamente a expectativas equivocadas vai se constituindo em cultura jornalística.

Dessa forma, mesmo as correntes mais críticas do jornalismo concentram suas análises nas opções conscientes e refletidas da produção da notícia, como se elas esgotassem esse fazer. Ao ignorar os saberes práticos não refletidos, apocalípticos e integrados compartilham uma mesma representação da praxis jornalística, centrada na razão e no cálculo, passando à margem da origem de relevantes questões de ordem ética e moral.

#### **Notas:**

<sup>1</sup> O surgimento recente da investigação jornalística como categoria, objetivada nos discursos em circulação no campo -como em parte da doutrina, nos conteúdos programáticos de algumas disciplinas de cursos de graduação e até em editoriais e artigos assinados- se deve à

emergência de condições sociais específicas inexistentes até então. Essas condições decorrem de uma combinação de mudanças nos campos político, jornalístico e judiciário. Assim, com a chamada redemocratização, as lutas propriamente políticas deixaram de ser juridicamente reservadas aos politicamente autorizados. Desta forma, a mídia passou a garantir a visibilidade social de que necessitam os profissionais da política e do direito para dar a ver a sua singularidade.

<sup>2</sup> “Às vezes, as fronteiras entre os gêneros se tornam tênues, principalmente quando as notícias trazem a informação contextualizada”. SODRÉ, M. & FERRARI M-H. Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo, Summus, 1986, p. 32. Para uma revisão doutrinária das categorias jornalísticas, ler MARQUES DE MELO, J. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1985.

<sup>3</sup> Ao afirmar que a expressão “jornalismo investigativo” é um pleonasma, alguns atores do campo jornalístico defendem uma concepção mais autônoma, em relação a outros campos, e potencialmente mais subversiva da profissão.

<sup>4</sup> Conforme análise proposta anteriormente em BARROS FILHO, C. Ética na comunicação, São Paulo, Moderna, 1995.

<sup>5</sup> Declaração de Noemio Espinola, então diretor do Jornal do Brasil durante debate mediado por William Bonner no programa N de Notícia da Globo News em 25/07/00.

<sup>6</sup> PERELMAN, Ch. Avoir un sens et donner un sens, in Logique et analyse, vol. V, 1962. pp. 235 – 250.

<sup>7</sup> Jornalista, professor de jornalismo, coordenador do curso da Universidade Santa Cecília (Santos) e Membro da comissão do provão de Jornalismo do MEC, nosso entrevistado em 31/01/02.

<sup>8</sup> “Assim se justifica uma vida filosófica de um começo sem pressupostos, de uma vida de conhecimento novo, realmente radical (...). Ora, este radicalismo absoluto, para quem quer se tornar filósofo deve engajar a sua vida de maneira absolutamente radical (...). É uma decisão pela qual o sujeito se determina, ele mesmo” HUSSERL, E. Philosophie première. Paris, PUF, 1972, p. 15.

<sup>9</sup> “Nada pressupusemos nas nossas afirmações fundamentais, nem sequer o conceito de Filosofia, e assim queremos ir fazendo em adiante” HUSSERL, E. A filosofia como ciência de rigor. Coimbra, MCMLXV, 1965, p. XIX.

<sup>10</sup> “Nós evitaremos este perigo (do realismo transcendental) se nós permanecemos fiéis ao radicalismo da automeditação e, portanto, ao princípio da intuição pura que pretende que não acordemos crédito a

nada que não nos seja dado de maneira efetivamente primeira e absolutamente imediata no terreno da observação, a nós aberto pela *epochè*, ou seja, que não aceitemos nada que não vejamos nós mesmos”. HUSSERL, E. *Méditations cartésiennes*. Paris. PUF, 1994, p. 9.

<sup>11</sup> Segundo a clássica distinção proposta por Aristóteles na *Metafísica*, livro II, os saberes “práticos” são voltados para a ação, constituindo-se em meios. Inversamente, os teóricos são um fim em si mesmo.

<sup>12</sup> “O jornalista que ainda está se familiarizando com a técnica do lead é obrigado a pensar em cada instante de sua elaboração. Na medida em que os elementos constitutivos de lead se tornam familiares, ele passa a escrevê-lo sem pensar, sem reflexão consciente”. CAMPBELL, L. R. & WOLSELEY, R. E. *How to report and write the news*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1961, p. 57.

<sup>13</sup> A incorporação do tempo como premissa de ação, bem como a legitimação do procedimento preestabelecido de decisão fica claro no depoimento do jornalista e professor da Cásper Líbero Eugênio Bucci (entrevista realizada em 07/06/01): “A velocidade é alegada sempre como uma desculpa para uma decisão mais problemática. Não pode ser uma desculpa porque a velocidade não é um acidente dentro do jornalismo. Faz parte da sua constituição. Portanto, os critérios a serem desenvolvidos devem levar em conta o tempo que se tem para trabalhar”.

<sup>14</sup> Tal procedimento torna-se patente na negação sistemática dos meandros da atividade prática em benefício do produto acabado. A ausência de reconhecimento de um princípio metodológico de ação contínuo faz da negação do processo a condição para a reprodução da prática institucionalizada. “Jornalista não existe para ser notícia. Essa coisa de jornalismo investigativo funciona comigo por causa de meu perfil irrequieto, por eu visitar e cultivar as fontes. Muita gente por aí ainda pensa por categorias, colocando as pessoas em caixinhas. Fulano é padre, beltrano é marxista”, explica o repórter da Jovem Pan e professor universitário Cláudio Júlio Tognolli (nosso entrevistado em 22/05/02).

<sup>15</sup> O termo *eidos* é usado aqui como contraponto explicitado à proposta metodológica da suspensão eidética da fenomenologia.

<sup>16</sup> Processo, sempre tendencial, de autonomização relativa de um espaço social, em função da especialização de seus atores, da definição de regras, troféus e instâncias de legitimação específicas.

<sup>17</sup> Os exemplos citados fazem injustiça à perpetuação de posições de dominação em nível local.

<sup>18</sup> Assim frases como “quem ele pensa que é para...”, “ele não é ninguém para...”, “ele tá se achando...” revelam essa desautorização.

<sup>19</sup> “As transmissões esportivas seguem o mesmo estilo há cinquenta anos”. BARBEIRO, H. & RODOLFO DE LIMA, P. Manual de Radiojornalismo. Rio de Janeiro, Campus, 2001, p. 72.

<sup>20</sup> Slogan do Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado de O Estado de S.Paulo durante a década de 90.

<sup>21</sup> “(...) os novatos se adestram pela tentativa e erro, pelo mimetismo, pela adaptação intuitiva; os mais velhos ensinam pelo exemplo nem tanto de conduta mas de reserva sobre os temas delicados. É antes de tudo na prática que se aprende – e é na prática que se consolidam os valores”. BUCCI, E. Sobre ética e imprensa. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 99.

<sup>22</sup> A crítica ao procedimento institucionalizado como campo de saber específico, nas palavras de Cláudio Tognolli, (entrevista já citada): “Acho que se eu vivesse só no universo do jornalismo estaria reduzindo meu saber a cumprir pautas, à produção, à reprodução. Não me satisfaço somente com o saber jornalístico”.

<sup>23</sup> “Nossos jornalistas preferem agir antes de refletir, preferem fazer o fato de maneira impulsiva e não consciente, sem reflexão”. VERGA, A. El periodismo por dentro. Buenos Aires, Libero, 1965, p. 124-125

<sup>24</sup> A socialização é inseparável de processos miméticos e por inculcação/repetição.

<sup>25</sup> Oferecendo um saber prático, isto é, soluções quase prontas para situações análogas.

<sup>26</sup> FOUCAULT, M. As verdades e as formas jurídicas. Rio de Janeiro, NAU/PUC-RJ, 1999, p. 18.

<sup>27</sup> O discurso prático do campo jornalístico regula tacitamente o conhecimento externo das possibilidades de atribuição arbitrária de sentido ao fato, reduzindo a visibilidade social da perspectiva do sujeito nas reflexões sobre a prática. Flávio Dieguez, especialista em jornalismo científico, deixa clara essa proposição (nosso entrevistado em 15/08/01): “As interpretações dos fatos não podem ser feitas por jornalistas. O jornalismo não está autorizado a dar palpite sobre nada”.

<sup>28</sup> “A repetição não muda nada no objeto que se repete, mas muda alguma coisa no espírito que a contempla” HUME, D. Tratado da natureza humana. São Paulo, Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p.115.

<sup>29</sup> “Os modelos que os jovens repórteres usam é arcaico”. BARBEIRO, H. & RODOLFO DE LIMA. P. Manual de Radiojornalismo. Rio de Janeiro, Campus, 2001, p. 72

<sup>30</sup> “Eu faço o que acho que está certo, faço o que é natural”. Frases de jornalista americano citadas em COHEN, A. A. The Television News Interview. New Delhi, Sage, 1987, p. 122.

<sup>31</sup> A ascensão do chamado jornalismo investigativo, ainda em fase de definição de suas práticas, mostra o caráter reestruturador das estruturas e discursos próprios a um campo a partir da ação concreta de seus agentes. Um dos principais representantes dessa tendência, Cláudio Tognolli, demonstra nossa tese (entrevista citada): “Falamos por aí que eu fumei crack pra fazer a matéria da Folha. O que eu sei é que, se não fumasse, seria morto. Esse negócio de ficar falando que o que fiz é crime, se é lícito ou não, se procede, é uma coisa capciosa e preconceituosa. E quem são os caras que ficam questionando o que eu fiz?”

<sup>32</sup> “Acho que no jornalismo não há regras, só exceções. Todo dia é um trabalho diferente, uma dinâmica diferente, por mais que você vá tratar do mesmo assunto. Não há segredo, mas quanto mais você pratica o jornalismo, melhor fica o seu faro para a notícia e para entender o que é a notícia. A prática é o maior segredo do jornalismo”. explica Elias Awad (nosso entrevistado em 16/09/01), então repórter do Sportv (hoje da Band), especializado em jornalismo esportivo, subcampo com regras e leis específicas no qual o jornalista está em posição ascendente.

<sup>33</sup> Carlos Costa (nosso entrevistado em 24/03/02) é editor da revista Ensino Superior e professor da Faculdade Cásper Líbero. Foi editor, na Abril, de Playboy, Quatro Rodas e Elle.

<sup>34</sup> Gilberto Dimenstein (nosso entrevistado em 07/07/01) destaca aspectos positivos e negativos da socialização a que se submete o profissional de imprensa: “O jornalista ideal seja aquele que une a experiência do veterano, já não cai em tanta esparrela, com o deslumbramento do foca. O foca é o indivíduo que está sempre encantado. De repente vai fazer uma matéria de cinco linhas, uma nota de rodapé e acha aquilo a melhor matéria do mundo. O bom jornalista é aquele que luta para manter o foca dentro dele, não perde o encantamento”.

<sup>35</sup> Cf. HALL, S. Representation, Londres, Sage Publications / The Open University Press, 2000, p. 21.

<sup>36</sup> O termo “generalidade perceptiva” foi proposto por Merleau-Ponty em *Phénomélogie de la perception*. Nesta perspectiva, o alcance cultural do

olhar do outro é incontestável; o terreno comum entre o outro e eu só se forma na ocasião da operação expressiva comum que nós só podemos adotar. A rigor, o outro não aparece brutalmente na minha perspectiva mas ele participa da percepção geral de um mundo comum a todos os sujeitos que percebem. A linguagem é um dos elementos que testemunham a fabricação da generalidade perceptiva como objeto cultural.

<sup>37</sup> Dois depoimentos complementares demonstram a pertinência da afirmação no que se refere à conduta ética esperada do jornalista: de um lado, o de Heródoto Barbeiro (nosso entrevistado em 04/05/01): “A questão fundamental é a boa fé que qualquer jornalista tem que ter. Questões técnicas, como falar ao microfone ou escrever para o rádio, podem muito bem ser aprendidas. No entanto, trabalhar sempre na busca da verdade factual, com responsabilidade, é a chave do bom profissional de comunicação” No mesmo sentido, o princípio postulado por Bernardo Ajzemberg (nosso entrevistado em 08/06/01): “Ou a pessoa tem ética ou não tem. E isso vale para qualquer profissão ou ofício. No caso do jornalista, ainda mais, por causa de suas responsabilidades públicas”.

<sup>38</sup>BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980.

178

<sup>39</sup> É evidente que nem toda concordância, constatada nos distintos universos profissionais, se deve ao habitus. A prática coletiva é também, em parte, determinada por estratégias e cálculos explícitos, orientações e projetos conscientemente definidos, palavras de ordem e decisões tomadas de forma orquestrada. Mas sobre essas ações a doutrina é fecunda.

<sup>40</sup> HALL, S. *Visual Culture*, Londres, Sage, 2002, p. 311

<sup>41</sup> O jornalista Leão Serva (nosso entrevistado em 24/06/01), estimando os efeitos da transposição do jornalismo impresso para a Internet, mostra a coerência de ações habituais sobrepondo-se à antecipação de mudança do meio: “Isso tudo é apenas uma questão de técnica: na verdade, o jornalismo não muda tanto de um meio para outro, seus principais defeitos e qualidades vão se passando de um suporte para outro”.

<sup>42</sup> Nos termos de Hume, op. cit.

<sup>43</sup> Nos termos de Hume, op. cit.

<sup>44</sup> O aprendizado social se dá numa trajetória casual e incontrolável por parte do aprendiz.

<sup>45</sup> As respostas dadas por jornalistas, no texto que transcrevemos a seguir sobre a preparação para uma entrevista, são reveladoras dessa dimensão nem sempre calculada da prática. “Perguntei diretamente aos repórteres se eles se preparam ou não para uma entrevista, e

também se eles planejam exatamente o que irão perguntar. Recebi essencialmente as mesmas respostas em quatro países: ‘Depende!’. A principal diferença ocorre em entrevistar pessoas sobre acontecimentos inusitados (‘Tenho que planejar a entrevista enquanto vou ao local’, disse um repórter britânico) e realizar entrevistas previamente planejadas (‘Se for um entrevistado importante, como o primeiro-ministro, planejo muito, pois ninguém está mais capacitado para perceber a ignorância de um repórter do que ele’, disse outro repórter britânico). Quanto ao tempo de fato que o jornalista gasta para se preparar, disse um repórter americano: ‘Depende. Talvez alguns segundos, talvez de 30 a 45 minutos, talvez dez anos!’”. COHEN, A. A. *The Television News Interview*. New Delhi, Sage. 1987, p. 119.

<sup>46</sup> Entrevista concedida à apresentadora Hebe Camargo no dia 08/09/01.

<sup>47</sup> “Um dos repórteres americanos disse algo que achei revelador. ‘O problema é que nós sabemos o que queremos ao começar uma entrevista, nós sabemos o que esperar, sabemos o que queremos que o entrevistado fale, é por isso que o escolhemos, sabemos o que ele está propenso a dizer... assim que ele fala o que queremos ouvir, a entrevista é encerrada’”. COHEN, A. A. *op. cit.* p. 113.

<sup>48</sup> Capitalizado, o senso de oportunidade converte-se de fato social calculável e passível de reprodução em elemento de ação individual dependente apenas do talento e da percepção (“feeling”) do jornalista. O depoimento de Mino Carta (nosso entrevistado em 07/12/01) é revelador: “Eu sempre estive no lugar certo, na hora certa pra fazer coisas que não existiam antes de mim. Mas sempre trabalhei em equipe, pois jornalismo é trabalho em equipe. Você também precisa de pessoas muito próximas, para trocar conhecimento. É desse convívio que nascem boas pautas, idéias interessantes e a tarefa se cumpre”. Estar no lugar certo e na hora certa é atribuir-se o mérito de ocupar uma posição social cuja atividade é, em grande medida, reflexiva, determinada por outras posições e seus ocupantes.

<sup>49</sup> Nosso entrevistado em 25/07/01.

<sup>50</sup> “Há uma arte de perguntar e de se conseguir tirar do entrevistado mais do que ele gostaria de dizer sobre determinado assunto que vai se aprimorando com o tempo”. BARBEIRO, H. & RODOLFO DE LIMA, P. *op. cit.* p. 72.

<sup>51</sup> “O pauteiro é (...) aquele que na imensidão dos acontecimentos capta o que pode ser transformado em reportagem”. BARBEIRO, H. & RODOLFO DE LIMA, P. *op. cit.* p. 59. Aqui o termo captar, como

o faro, também indica mais uma habilidade física do que uma ponderação refletida.

<sup>52</sup> SIQUEIRA TRAVANCAS, I. O mundo dos jornalistas. São Paulo, Summus, 1992, p. 42.

<sup>53</sup> Em muitos depoimentos, o caráter socialmente construído do habitus é interpretado como vocação inata. O repórter de IstoÉ, Douglas Tavolaro (nosso entrevistado em 20/05/02), mesmo revelando o caráter aprendido da suas tendências e gostos profissionais, ao indicar quando e onde eles se originaram, destaca que “sempre foi assim” “Meu negócio sempre foi a rua, reportagem. Tive oportunidade de aprender isso no Esquinas, com o Faerman”. Marcos Faerman, jornalista, foi o criador e editor do jornal-laboratório Esquinas de S.P., da Faculdade Cásper Líbero.

<sup>54</sup> O relato abaixo inscreve a atividade profissional do jornalista num conjunto de procedimentos tipicamente rotineiros. “O repórter típico é um cidadão respeitável. Tanto em casa como no trabalho parece difícil diferenciá-lo de qualquer outro profissional. Cumpre a jornada de trabalho, em geral sob supervisão, volta para casa à noite, paga seus impostos, assina notas da lavanderia e do leiteiro e passeia com seus filhos aos domingos”. WARREN, C. N. *Generos periodísticos informativos*. Barcelona, A.T.E., 1975, p. 13.

180

<sup>55</sup> A redação, hábitat dos jornalistas, assume ares de repartição pública. “Com exceção da conversa dos redatores e alguma chamada telefônica ocasional, toda redação é um lugar particularmente sereno (...) Se alguém gritasse ‘parem as máquinas’ ou estaria brincando ou teria enlouquecido”. WARREN, C. N. *op. cit.* p. 13.

<sup>56</sup> Claro na definição da rotinização do procedimento, levada a efeito pelo jornalista Elias Awad (entrevista citada): “Na reportagem, o que eu faço é levar a informação jornalisticamente, ou seja, explorando os lados de todos os envolvidos para que quem está em casa possa tirar suas conclusões”.

<sup>57</sup> “No jornalismo só é verdade o que eu conseguir constatar com fatos. É o jornalismo intuitivo. Através da livre associação você chega a algum lugar”, observa Cláudio Tognolli (entrevista citada)

<sup>58</sup> “A criatividade depende de algo que normalmente está ‘dentro’ do próprio jornalista: a sensibilidade”. PATERNOSTRO, V. I. *O texto na TV: manual de telejornalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 51.

<sup>59</sup> DELEUZE, G. *Différence et répétition*. Paris, PUF, 1968, p. 96.

<sup>60</sup> O jornalista Eugênio Bucci (entrevista citada) explica o procedimento: “O jornalista é um ser humano como outro qualquer. Não pode tentar

se despir das suas convicções, é como se despir da sua condição de humano. Ele é um homem, ou uma mulher, um gay, um cristão, um liberal, um comunista. O jornalista deve decidir dentro disso. Ele não está acima das suas paixões. das suas fraquezas. dos seus sonhos”.

<sup>61</sup> DELEUZE, G. op. cit. p. 98.

<sup>62</sup> “Cada matéria que nós vamos fazer deve ser encarada como uma história nova, única, original...”. KOTSCHO, R. A reportagem feita de gente in Seminário de Jornalismo. São Paulo, Folha de S. Paulo, 1986, p. 98.

<sup>63</sup> Bernardo Ajzemberg (entrevista citada), ombudsman da Folha de S.Paulo, sintetiza: “O jornalista não é nem deve ser um boneco que não pensa. Ele precisa, no entanto, quando faz uma análise, apoiar-se em dados e fatos. Não deve fazer ilações sem base real”.

<sup>64</sup> “É o jornalismo intuitivo. Através da livre associação você chega a algum lugar”, explica Cláudio Tognolli (entrevista citada).

<sup>65</sup> A conclusão semelhante chegou Peirce ao se perguntar porque pensamos. Observa que se estivéssemos em permanente estado de certeza (sensação decorrente da existência de soluções prontas, da existência de um hábito). não teríamos necessidade de pensar e de nos esforçar para resolver nossas dúvidas. PEIRCE, Ch. How to make our ideas clear, in Popular science, vol. XII, p. 286-302.

<sup>66</sup> Diante do inesperado durante a prática, a diversidade de ações possíveis objetiva-se na insegurança de atuação perante a pauta a cumprir. Treinado para ser um especialista em generalidades, ao abordar campos específicos, dotados de uma episteme particular, o agente tende a despir-se da capa de auto-suficiência: “Todo mundo se sente à vontade ao escrever uma matéria de cultura, ou de economia, mesmo sem conhecer muito bem o assunto. Mas se o tema é ciência, bate a insegurança boba”, explica Flávio Dieguez (entrevista citada).

<sup>67</sup> Após o sucesso de seu livro-reportagem A Casa do Delírio, Douglas Tavolaro (entrevista citada) comenta o aumento da expectativa de sua competência específica dentro do microuniverso de ação: “A aceitação do livro pela imprensa foi boa. Meu conceito cresceu frente ao diretor de redação. Passei a ser visto como um cara que entende do assunto.”

**Palavras-chave**

1. saber jornalístico
2. ética
3. *habitus*